

RELATÓRIO DE ANÁLISE E DECISÃO DE RECURSO

Processo: 125000.0088971.2024, Pregão nº 32.2025.

Recorrente: DATEN TECNOLOGIA LTDA.

Recorrido: LOGIN INFORMATICA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA.

DATEN TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n.º 04.602.789/0001-01, apresentou as razões do recurso administrativo em face de decisão da Pregoeira que declarou vencedora e habilitada a empresa Recorrida, cujo objeto é aquisição de equipamentos de informática I, conforme será analisado de plano:

Item	Descritivo	Unid. Medida
03	Computador Completo Tipo III – Gabinete	Unidade
	Small Form Factor – 16 GB – SSD 500 MB	
	NVMe + 1 TB	
	(Descrição complementar no anexo I do Edital)	

I- DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

De modo Preliminar, comprova-se a tempestividade deste recurso, visto que houve manifestação de intenção e razões no prazo de 3 (três) dias úteis, nos termos Lei 14.133/2021 em seu artigo 165, inciso I, alínea "c" e § 1º, inciso I.

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

[......]

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

[...]

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1° do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;



Assim, o recurso apresentado cumpre os requisitos de admissibilidade previstos na legislação, devendo, portanto, ser conhecido.

II- DAS RAZÕES RECURSAIS

Em suas razões recursais, a Recorrente insurge em face da decisão da Pregoeira que declarou reprovada a proposta ofertada em razão do Item 03, nos seguintes termos:

- A Recorrente alega que o processador ofertado pela recorrida não atende às exigências previstas noedital, uma vez que não pertence à penúltima geração de processadores disponibilizada pelo fabricante.
- 2. A Recorrente alega que há descumprimento da exigência editalícia quanto à geração do processador e em razão do seu lançamento.
- A Recorrente em seus pedidos solicita a desclassificação da LOGIN INFORMATICA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA, ao ITEM 03.

No final, portanto, a Recorrente solicita a desclassificação da proposta da empresa, com sua devida continuidade no certame.

III- DAS CONTRARAZÕES AO RECURSO

Mesmo instada a se manifestar, a Recorrida ratificou em sede de Contrarrazões aquilo que já se mostrou suficiente perante a douta Comissão de Licitação, já foi questionado pela empresa MBM Tecnologia e Indústria de informática Ltda., em recurso administrativo, utilizando a mesma rgumentação, sugerindo a não conformidade do item processador, que outrora foi combatido pela LOGIN em suas contrarrazões, com vasta documentação inclusive declaração da AMD Brasil, confirmando o atendimento do processador como sendo de penúltima geração.

Nada obstante, verifica-se que se trata do mesmo questionamento, sendo razoavel a utilização da resposta do primeiro recurso para escalrecer os pontos de divergência e assegurar a continuidade do procedimento licitatorio, a fim de garantir, de forma isonomica, a livre concorrencia dos interessados.

É o relatório.

IV- DA INSURGÊNCIA RECURSAL

Em referência aos fatos apresentados e da análise realizada nas razões, esta equipe de apoio, no uso de suas atribuições e em obediência ao ordenamento jurídico, recebe o presente recurso, restando



superada a análise dos requisitos de admissibilidade, passo ao exame das teses sustentadas da Recorrente e da Recorrida, tendo em vista que essas versam apenas sobre questões de direito, de modo que o cerne da presente insurgência recursal reside no princípio da legalidade e da isonomia, pois foi dada a oportunidade a todos os interessados de acordo com a ordem de classificação da proposta.

Outrossim, é importante demonstrar que a presente análise é compartilhada com a pregoeira e equipe de apoio, a fim de assegurar a efetividade do procedimento licitatório, com fulcro no Art. 8º da Lei nº 14.133.2021, in verbis:

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe. (Grifou-se).

Desta forma, foi analisado que Recorrente não conseguiu demostrar as alegações de ausência de conformidade da proposta de acordo com o instrumento convocatório, ao passo que a Recorrida, em 28 de março de 2025, apresentou contrarrazões, ao passo que demonstrou em razão da apresentação de Declaração, fornecida pela AMD SOUTH AMÉRICA LTDA evidenciado antender os elementos elencados pela Recorrente, consoante segue, in verbis:





Ademais, em simples consulta a AMD Brasil, esta Diretoria Executiva, assim analisadas as informações em site oficial da conformidade do documento oficial (print - Declaração). Conforme consta na declaração apresentada em seu texto, que as series de processadores AMD, quais sejam, series 6.000 e 7000 e 9000, atendem outros segmentos do mercado, como notebooks, ultra portáteis, workstations e Gamers. Enfatizando que, nessa data, no mercado de Desktop e mini desktop corporativos, as CPUs mais atuais em fabricação pela AMD são Ryzen da série 8000/5000(G/GE).

Sendo assim, obserava-se que a Recorrente não demonstrou, em suas alegações, ao devido atendimento aos requisitos do objeto ao instrumento convocatório, uma vez que já se fez presente a análise das alegações no tocante ao objeto entre a Recorrida e a Recorrente. Por conseguinte, sugiro a continuidade dos atos licitatórios, uma vez que é necessário garantir a manutenção da porposta apta a gerar o resultado mais eficiente para administração publica.

V- DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, conheço do recurso por ser tempestivo, no mérito, nego-lhe provimento ao recurso impetrado pela Recorrente, posto que a recorrente não conseguiu demnostrar fato midificativo ou impeditivo que pudesse alterar a reslutado do julgamento.

Maceió/AL, 02 de setembro de 2025.

Gernan Angelo Barros Sousa

Assessoria de apoio

Diretoria Executiva de Governança e Gestão Interna – ALICC

Ciente e de acordo,

Reinaldo Antônio da Silva Júnior

Diretor

Diretor Executivo de Governança e Gestão Interna - ALICC